



Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 2 nº 1 (2), janeiro-junho/2004, p. 92-106
www.emtese.ufsc.br

Representações Sociais: Delineamentos de uma Categoria Analítica

Marisete Teresinha Hoffmann Horochovski¹

1. Introdução

O conceito de representação há muito integra o pensamento sociológico. No período clássico, foi destacado e trabalhado por Émile Durkheim e Marcel Mauss como uma forma de analisar a realidade coletiva, pois expressava os conhecimentos, as crenças e sentimentos do grupo social.

Em tempos hodiernos, o conceito está novamente em destaque, por um esforço não da sociologia, mas da psicologia social. Serge Moscovici promove a substituição do termo coletivo por social e lhe amplia o significado: não somente traduz como também produz conhecimentos.

O objetivo do presente artigo é analisar a construção conceitual das representações sociais, exercitando um diálogo entre “velhas” teorias sociológicas e “novas” teorias da psicologia social. Faz isso enquanto um exercício de leitura que pode viabilizar pesquisas empíricas, na medida que percebe as representações sociais como categoria de análise social; como instrumento de pesquisa que permite entender as concepções dos grupos e atua como uma das formas de compreender as mudanças e permanências promovidas socialmente.

¹ Mestre em Sociologia das Organizações (UFPR), professora da Rede Estadual de Ensino do Paraná e das Faculdades Spei, em Curitiba (PR). E-mail: marihoff@uol.com.br

2. Considerações sobre Representação Coletiva em Émile Durkheim

O termo representação surge, na sociologia, com Émile Durkheim. Sua produção teórica objetivava consolidar a sociologia enquanto ciência conferir-lhe estatuto científico. Com tal intuito, Durkheim (1987) delineou, com maestria, o objeto e o método desta disciplina, num momento em que predominava o método das ciências da natureza, transportando para a sociologia a necessidade de objetividade, verificação e experimentação. Sua inegável contribuição possibilitou o desenvolvimento de conceitos caros às ciências sociais que, juntamente com a análise precisa, orientou e continua orientando a prática sociológica.

Em *As regras do método sociológico*, Durkheim define os fatos sociais como objeto da sociologia, argumentando se tratarem de “coisas”. No intuito de elucidar tais fatos e com o objetivo de diferenciá-los do objeto da psicologia, o autor enuncia suas principais características: anterior e exterior ao indivíduo – precede ao indivíduo, existindo fora de suas consciências individuais; coercivo – se impõe independente da vontade individual; gerais e coletivos – comum a todos os membros do grupo. Após a caracterização, o autor afirma que “é fato social toda maneira de agir fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é gerada na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter”. (Durkheim, 1987, p.11)

O enunciado, transcrito no parágrafo anterior, fundamental em sua produção teórica, não foi bem recebido e/ou compreendido na época da publicação do livro. Por isso, no prefácio à segunda edição, retoma-se a questão e, para clarificá-la, distingue-se, ou melhor, opõe coisa e idéia. É coisa tudo o que não pode ser compreendido por uma simples análise mental e sim “por meio da observação e da experimentação, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos”. (Durkheim, 1987, p.XXI)

Para o autor, todos os objetos científicos são coisa e como tal devem ser tratados. São desconhecidos, ignorados, e exigem, para se fazerem conhecidos, uma análise objetiva que parta do exterior. Os objetos, tratados como coisas, pressupõem uma construção, que vai do simples ao complexo.

Com o intuito de afirmar a sociologia enquanto ciência, o autor questiona se os fatos sociais podem ser conhecidos através de uma interrogação da consciência. Afirma que não. As instituições sociais, em sua grande maioria, são herdadas de gerações anteriores e não é por meio de uma simples interrogação que se descobre suas causas e razões. Além disso, “o que importa saber não é a maneira pela qual tal pensador concebe individualmente determinada instituição, mas sim a concepção que dela formula o grupo; somente esta concepção é socialmente eficaz”. (Durkheim, 1987, p.XXIV)

Os fatos sociais têm uma existência independente dos fatos individuais. São exteriores às consciências individuais, existem nas partes porque antes existem no todo. E é isso que os diferencia do objeto da psicologia. Cabe à sociologia analisar os estados da consciência coletiva, suas leis e representações, que são extremamente diferentes dos de natureza individual, com os quais deve preocupar-se aquela ciência.

É na diferenciação entre as duas disciplinas e, conseqüentemente, na idéia de que a sociedade não pode ser explicada através das consciências individuais que o autor introduz o conceito que agora nos interessa, representações coletivas. É interessante que no período que antecede à publicação d’*As regras do método sociológico*, o autor utilizava o conceito de consciência coletiva, o que nos faz supor que tal termo sofreu uma re-elaboração.

Durkheim (1987, p. XXVI) afirma que “o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo se enxerga a si mesmo nas relações com os objetos que o afetam. Ora, o grupo está constituído de maneira diferente do indivíduo, e as coisas que o afetam são de outra natureza. Representações que não exprimem nem os mesmos sujeitos, nem os mesmos objetos, não poderiam depender das mesmas causas”. É preciso, então, considerar a natureza social e não a individual e atentar para o fato de que o mundo todo é feito de representações.

Estabelecida a diferença entre os objetos, resta saber se há semelhanças entre representações coletivas e individuais, uma vez que ambas são representações. O autor enfatiza que a religião, os mitos e as crenças exprimem uma realidade diversa da realidade do indivíduo e, portanto, devem ser estudados de forma diferente. A sociologia

deve reconhecer essa diferença, afinal é a ciência das instituições, e engloba as crenças e comportamentos da coletividade.

Em outra obra, *As formas elementares da vida religiosa*, Durkheim (1983) novamente utiliza o termo representações coletivas. Nela, o autor analisa o sistema religioso primitivo – cultos australianos – para compreender as suas formas elementares, como o próprio título indica, e a natureza religiosa do homem. Todavia, ressalta que a escolha das religiões primitivas é por uma questão de método (histórico), pois todas as religiões possuem as mesmas causas e respondem às mesmas necessidades.

As religiões se apóiam no real e o exprimem. Durkheim destaca que “na base de todos os sistemas de crenças e de todos os cultos deve necessariamente haver um certo número de representações fundamentais e de atitudes rituais que, malgrado a diversidade das formas que umas e outras puderam revestir, em todas as partes têm a mesma significação objetiva e em todas as partes preenchem as mesmas funções”. (Durkheim, 1983, p.208) Contudo, as formas elementares da vida religiosa são mais perceptíveis nas sociedades chamadas primitivas, pois não há “roupagens”, “ornamentos” em sua religião.

Nessas sociedades há uma forte presença da consciência coletiva, definindo as formas de agir e de pensar do grupo uma vez que, segundo Durkheim, “tudo é comum a todos”. Existe uma representação coletiva, estruturada na religião, que possibilita aos indivíduos conceberem o mundo de forma homogênea.

Nesse sentido, a religião é um sistema de representações do mundo, de onde deriva inclusive a cosmologia da sociedade. Noções como tempo e espaço, compreendidas enquanto categorias de entendimento, nascem do pensamento religioso. São representações coletivas, fundadas na prática religiosa. Durkheim completa afirmando que

a religião é uma coisa eminentemente social. As representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneiras de agir que nascem no seio dos grupos reunidos e que são destinados a suscitar, a manter ou refazer certos estados mentais desses grupos. Mas então, se as categorias são de origem religiosa, elas devem participar da natureza comum a todos os fatos religiosos: elas também devem ser coisas sociais, produtos do pensamento coletivo. (Durkheim, 1983, p.212)

As representações compreendem, nesse caso, um sistema de idéias que, juntamente com os ritos e o culto, compõe um sistema de práticas que procura exprimir o mundo. Essa noção ocupa destaque em outro pensador fundamental para as ciências sociais, Marcel Mauss (1979), que trabalha o rito como uma idéia, uma representação.

Em *A expressão obrigatória dos sentimentos*, Mauss analisa o ritual oral dos cultos funerários australianos. Recupera Durkheim e discute os ritos e o luto, como expressão de emoções coletivas. Para ele “não só o choro, mas toda uma série de expressões orais de sentimentos não são fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos sociais, marcados por manifestações não-espontâneas e da mais perfeita obrigação”. (Mauss, 1979, p.147)

Novamente se institui a diferenciação entre representação individual e coletiva, enfatizando-se a importância do social. Mauss não nega o sentimento individual, mas destaca que é social e simbólico, traduzindo representações coletivas.

Para Durkheim, essas práticas compõem, juntamente com o sistema de idéias, a própria religião. É o que faz os homens agirem. E, nesse movimento de fazê-los agir, ela cria e recria a fé, tornando-se o elemento eterno da religião. Durkheim (1983, p.206) afirma que “os mais bárbaros ritos ou os mais bizarros, os mais estranhos mitos traduzem alguma necessidade humana, algum aspecto, seja individual, seja social da vida. As razões que o fiel se dá a si mesmo para justificá-los podem ser, o são mesmo freqüentemente, errôneas; mas as razões verdadeiras não deixam de existir e é tarefa da ciência descobri-las”.

A religião é um conjunto de representações, uma instituição e, como tal, é objeto científico. A própria ciência consiste num sistema de representações de mundo. Contudo, a ciência analisa seus objetos objetivamente, classifica-os, hierarquiza-os, de acordo com critérios aceitos pela comunidade científica. Possui um rigor próprio, evidenciado no método e na construção do objeto. E é desta forma que a prática científica deve atuar na explicação dos fenômenos religiosos. Assim, evidencia-se a noção presente na obra de Durkheim de que o mundo é feito de representações.

3. Reflexões sobre Representação Social na Atualidade

A indubitável importância da obra de Durkheim é reconhecida nos circuitos sociológicos e nos estudos sobre representação. Márcio de Oliveira (1999) afirma que a noção trabalhada pelo autor de "As regras" possibilitou a percepção de ações coletivas, independentemente do caráter econômico, político, social ou cultural. Em sua ótica, o autor do referido termo objetivou através das representações, compreender o grupo "em suas relações com os objetos que o cercam". Outra possibilidade propiciada pelas representações é entender os comportamentos coletivos no espaço e no tempo em que são produzidos. É a famosa contextualização histórica, sempre importante à análise sociológica.

Esta forma de perceber a representação, aliada a prática trabalhada em Mauss, delinea suas características fundamentais dentro da sociologia clássica, que influencia o conceito moderno do termo. As representações coletivas abrem espaço para as representações sociais, oriundas "das práticas sociais do grupo e não apenas do 'se pensar'". (Oliveira, 1999, p.178) Apesar da importância de tal termo, o mundo do início do século XX e suas doutrinas políticas o deixaram de lado. Oliveira cita que num contexto marcado por guerras e ideologias, houve um esquecimento da obra de Durkheim e, conseqüentemente, de seu conceito de representação, que foi durante muito tempo considerado apenas um nível das ideologias.

No seu esquecimento, as representações eram vistas apenas como uma visão de mundo parcial e fragmentada das relações sociais de produção no qual o grupo estava inserido. Desta forma, "não se questionava a essência das representações, mas seus tipos; não se questionava sua origem e sentido, mas sua falsidade e veracidade. Não se discutia sua operacionalidade nem sua fundamentação teórica, uma vez que seus resultados eram presumidos de antemão". (Oliveira, 1999, p.183)

Neste contexto, o conceito de representação perdeu espaço nas ciências sociais, em especial na sociologia. O renascimento do conceito, conforme Oliveira, acontece graças ao empenho da psicologia social européia, tanto no que se refere à teoria quanto no que diz respeito à pesquisa. Interessante sublinhar a concepção desta ciência, bem como dos

estudos do imaginário, como caminho para compreender a percepção que a sociologia atual possui do termo.

Oliveira indaga o que levou duas áreas tão diferentes a retomarem o termo representação. Busca a resposta em dois autores, a saber, Gilbert Durand e Serge Moscovici. O primeiro representante dos estudos do imaginário, procurou traduzir, representar a realidade, através dos significantes. Em seu olhar, o significante atribui sentido, significado, representa algo. Deste modo, aborda o problema das representações para compreender os significantes.

Em Durand, segundo Oliveira, existem duas maneiras de representar o mundo através da consciência: "direta", onde o objeto é perceptível ou sensível e "indireta", onde o objeto se encontra ausente. Ou seja, numa o objeto está presente, já na outra é preciso presentificá-lo, representá-lo. Todavia, em ambas, a questão central é de cognição e de comunicação, pois o objetivo é clarificar a realidade do grupo. Realidade que interessa a Moscovici, que se preocupa com as mudanças e as permanências da vida social; que indaga sobre o motivo das representações, das reações do grupo e do indivíduo. O autor, representante da psicologia social, é o responsável pela modificação do termo representação coletiva para representação social. A importância de sua análise é fundamental para entender as representações na atualidade.

Moscovici (1978) percebe as representações como entidades "quase tangíveis", presentes na realidade, que se manifestam em palavras e expressões, em produções e consumo de objetos, em relações sociais. Para ele, "correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica". (Moscovici, 1978, p.41) Todavia, o autor de *A representação social da Psicanálise* alerta para a dificuldade de se apreender o conceito de representação, diferentemente do que ocorre com sua realidade. Inúmeras razões respondem por tal fato, históricas e não-históricas. As primeiras ficam a cargo dos historiadores e as segundas podem ser sintetizadas na "encruzilhada" em que se encontra entre conceitos sociológicos e psicológicos. E é nesta encruzilhada que o conceito é reelaborado.

Moscovici (1985) afirma que as representações sociais na sociedade atual são equivalentes aos mitos e crenças nas sociedades chamadas primitivas. Remetem-se, portanto, à maneira que os homens pensam, agem, procuram compreender o sentido de suas ações e pensamentos. Seu estudo "se focaliza na maneira pela qual os seres humanos tentam captar e compreender as coisas que os circundam e resolver os 'lugares comuns' e quebra-cabeças que envolvem seu nascimento, seus corpos, suas humilhações, o céu que vêem, os humores de seu vizinho e o poder a que se submetem". (Moscovici, 1985, p.02)

É mister destacar que o mito, nas assim chamadas sociedades primitivas, abarcava uma concepção homogênea de mundo, uma "filosofia" única que refletia o pensamento e a prática social. Nas sociedades modernas a representação não é *a*, mas *uma* das formas de apreender a realidade. Nestas sociedades, a representação coexiste com o pensamento filosófico e técnico-científico, podendo ser influenciada ou, contrariamente, opor-se a essas concepções.

A psicologia social percebe as representações como fenômeno, que possui mobilidade e circularidade, diferente da estaticidade presente em Durkheim que, no dizer de Moscovici, trabalha as representações de forma genérica, como um conceito que envolve a ciência, o mito, a religião, entre outros. A substituição de coletiva por social é, dessa forma, uma maneira de acentuar essa diferença: ela deixa de ser um conceito que explica o conhecimento e crenças de um grupo para se tornar um fenômeno que exige explicação e que produz conhecimento.

As representações são então, uma maneira de interpretar e comunicar, mas também de produzir e elaborar conhecimentos. É nisso que consiste seu caráter *sui generis*. Moscovici conceitua que, "são conjuntos dinâmicos, seu *status* é o de uma *produção* de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aquelas e estas e não de uma *reprodução* desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior". (Moscovici, 1978, p.50)

As representações sociais objetivam transformar o desconhecido em conhecido, o não familiar em familiar. Tornar o estranho, o perturbador em algo próximo, íntimo, é seu intuito. Esse processo transformador é determinado pela linguagem, imagem e idéias

compartilhadas por um dado grupo. Se, a princípio, a familiaridade evidencia-se é preciso parar, recuar a ponto de visualizar o aspecto desconhecido que a representação envolveu e familiarizou.

Moscovici afirma que são dois os processos que geram representações sociais e, conseqüentemente, propiciam a familiarização do desconhecido: ancoragem e objetivação. O primeiro transfere o estranho para um referencial que possibilita sua interpretação e comparação, através de uma relação entre "categorias e rótulos". Ancorar é classificar, nomear, rotular e, obviamente, representar.

O segundo processo, o da objetivação, confecciona um cenário familiar ao que outrora era desconhecido. Ocorre em duas fases. A primeira relaciona o conceito com a imagem. As palavras são incorporadas no "núcleo figurativo, uma estrutura de imagem que reproduz uma estrutura conceptual de uma maneira visível", (Moscovici, 1985, p.22) o que evidentemente facilita a comunicação do que está sendo representado, que deixa de ser uma entidade abstrata e assume uma existência com caráter autônomo. A segunda fase ocorre, para Moscovici, quando os elementos do pensamento são transpostos para a realidade, não havendo mais separação entre a representação e o objeto representado. Nesse sentido, ancoragem e objetivação são fundamentais para a construção das representações sociais.

A contribuição de Moscovici atua de forma esclarecedora para os estudos de representações, inclusive aqueles realizados pela sociologia. Por sua abordagem, é possível analisar o pensamento e a prática social do grupo em enfoque. Na mesma linha de raciocínio, outra psicóloga social se destaca e fornece elementos para a compreensão das representações: Denise Jodelet (1991).

Num estudo sobre as representações sociais da aids, que serve para exemplificar suas argumentações teóricas, Jodelet identifica duas concepções: uma moral e social, outra biológica. Na primeira, a aids, tal como a sífilis, revelaria uma sociedade permissiva, condenada por condutas degeneradas, punida por opções sexuais que agridem uma "normalidade" imposta. Na defesa da ordem moral conservadora e na valorização dos valores familiares tradicionais, a aids passa a ser vista como um "castigo de Deus". A concepção biológica, por sua vez, revela que o "monstro" não ataca só os "politicamente

incorretos” (homossexuais e drogados). Crenças antigas, carregadas de valor simbólico, reavivadas por falta de informação: o perigo do contato corporal é, desde a antigüidade, um tema recorrente do discurso racista que utiliza a referência biológica para justificar a exclusão da alteridade.

Jodelet, com base no acima considerado, afirma que, em se tratando de representações sociais, suas definições, partilhadas pelos membros de um mesmo grupo, constroem uma visão consensual da realidade para o grupo. Visão que pode entrar em conflito com aquela de outros grupos e que serve de guia para a ação. Nesse sentido, as representações sociais são fenômenos complexos, sempre ativos dentro da vida social, sendo que, a investigação científica tem por tarefa descrever, analisar, explicar suas dimensões, formas, processos e funcionamento.

A autora reconhece a importância de Durkheim, primeiro a identificar as representações como fundamentais no estudo do pensamento coletivo, mas defende a reelaboração feita por Moscovici, que destaca a especificidade dos fenômenos representativos nas sociedades contemporâneas, caracterizados por: intensidade e fluidez das trocas e comunicações, desenvolvimento da ciência, pluralidade e mobilidade social. As representações sociais são, aqui, uma forma de conhecimento socialmente partilhado e elaborado.

Jodelet destaca que as representações sociais são, por um lado, sistemas que registram nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Por outro, interferem nos processos, diversificando a difusão e assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e transformações sociais. É o duplo movimento das representações sociais, fazendo com que sejam uma forma de interpretação e comunicação, mas igualmente de produção e elaboração de conhecimentos.

O conhecimento socialmente produzido, partilhado e transmitido ganha um novo contexto na produção sociológica. Após o ressurgimento do termo representação social, promovido com esmero pela psicologia social, a sociologia está caminhando rumo à compreensão de

concepções, valores, visões que os grupos formulam a seu respeito e a respeito do mundo.

Oliveira enfatiza que a sociologia brasileira, por exemplo, viu renascer os estudos sobre cultura, identidade, imaginário, simbolismo e representações, na década de 90 do século XX. Criou-se um espaço, antes apenas reservado a temas que utilizavam o viés marxista, como a relação Estado/sociedade, os movimentos sociais, as classes e o poder, entre tantos. É óbvio que esses temas, que predominaram a partir da década de 60, continuam e não poderiam deixar de estar presentes, afinal cabe à sociologia refletir, questionar e analisar todos os fenômenos que compõem a sociedade, mas é óbvio também que temas anteriormente marginais ganham visibilidade e respeito no processo de construção do conhecimento sociológico.

Oliveira menciona a importância dos estudos que envolvem representação social e imaginário, destacando duas razões:

Primeiro, porque se apresentam como capazes de *revelar* a maneira graças à qual os diversos atores assimilam, elaboram e difundem conhecimentos sobre a realidade e qual o sentido imaginário destes. Segundo, porque estes conhecimentos – lembremos com Moscovici e Jodelet – permitem que a sociedade aprenda a se situar no (diante do) mundo, que ela *revele* o que e como está significando o mundo. Numa palavra, a carne e o osso das imagens e da compreensão da sociedade podem ser realizados num trabalho conjunto à luz da teoria das representações e dos estudos simbólicos. (Oliveira, 1999, p.191)

As palavras acima ilustram a utilidade de análises que envolvam os dois termos mencionados. No que tange à representação, categoria eleita nesta discussão, atua como instrumento de pesquisa que possibilita entender relações estabelecidas por grupos, bem como as mudanças e permanências promovidas socialmente. É uma das chaves que abre as portas para a compreensão da sociedade.

4. Considerações Finais

O retorno ao modelo clássico, através da retomada da obra de Émile Durkheim, consistiu um exercício de leitura que visou a perceber a importância de sua análise no que tange a

representações. Teórico que consolidou os fatos sociais enquanto objeto social, o autor deixou diversas contribuições para as ciências sociais. Através de seu olhar, objetivo, preciso e instigante, é possível ler e interpretar a realidade, adequando seus argumentos para o contexto atual.

Em sua concepção clássica, o mundo é feito de representações, sendo elas que permitem entender o comportamento dos grupos sociais, como eles se pensam e quais são as suas relações com os objetos que os envolvem. O pensar, juntamente com o agir trabalhado por Mauss, influencia o conceito atual de representações sociais. Conceito que assume um novo vigor com a psicologia social, especialmente com um de seus expoentes, Serge Moscovici.

A novidade que cerca o termo em enfoque é que ele deixa de ser percebido apenas como um conceito explicativo e, numa conotação mais ampla, passa a ser visualizado enquanto um fenômeno que interpreta, comunica e produz conhecimentos. Não reproduz os conhecimentos produzidos socialmente, mas atua nessa produção.

O diálogo estabelecido entre a “velha” teoria sociológica e a “nova” teoria da psicologia social enriquece as possibilidades de desvendar empiricamente a realidade do grupo social. Realidade dinâmica, marcada por continuidades e rupturas, que estabelece uma relação de reciprocidade com a coletividade e que tem nas representações um instrumento capaz de analisá-la.

Destarte, Jodelet enfatiza que, mesmo sendo distintas do conhecimento científico as representações sociais constituem, não obstante, um objeto de estudo legítimo, extremamente relevante, devido a sua importância na vida social e sua capacidade de iluminar os processos cognitivos e as interações sociais. Atua como categoria analítica no estudo de uma determinada realidade social.

A distinção entre as representações sociais e a produção científica não implica um estranhamento entre as duas formas de conhecimento. Um exemplo disso é uma análise de Pierre Vergès (1991) sobre a economia, que destaca a coexistência de duas formas de pensar: a ciência econômica e as representações sociais da economia. Apesar de ambas constituírem produção social e abordarem questões econômicas, suas naturezas são

distintas. Uma das diferenças apontadas pelo autor é que a relação da ciência com a experiência social é feita de rupturas – a criação de uma ciência econômica supõe o recorte do objeto econômico, uma fragmentação da realidade. As representações, contrariamente, possuem uma visão integrada – os atores sociais não recortam o objeto, não o extraem da realidade social, ao contrário, eles percebem um todo integrado, articulam em suas representações elementos econômicos e sociais. As representações sociais da economia circulam cotidianamente e podem ser analisadas de várias maneiras, pois são uma forma de conhecimento, um saber partilhado e um campo de significações na nossa sociedade. Todavia, enfatiza Vergès, essas duas linguagens, campos de conhecimento, não se ignoram, convivendo em diferentes ocasiões: formação, informação, publicidade, debates econômicos e políticos.

Pode-se pensar, com base no exposto acima, que as representações sociais, enquanto saber partilhado pelo grupo, possibilitam o entendimento da realidade. Saber do “senso comum” que, se utilizado com esmero, atua no desvendamento, na compreensão da sociedade e, conseqüentemente, no processo de construção do conhecimento científico.

O olhar sobre a realidade através das representações sociais exige método. Mary Jane Spink (1994) discorre sobre a análise das representações sociais e, citando Jodelet, delinea dois debates presentes no campo das representações sociais: o de conhecimento e o de elaboração. Enquanto forma de conhecimento do senso comum, as representações sociais são dotadas de um alto poder criativo da realidade. Como processo de elaboração, considera a atividade do sujeito social.

Inspirada em Pierre Bourdieu, Spink diz que as representações possuem duas faces, a de estruturas estruturadas e estruturas estruturantes, pois se inscrevem num contexto sócio-histórico-cultural determinado ao mesmo tempo em que expressam uma realidade “intra-individual”. Contexto que é definido tanto pelo espaço social quanto pela perspectiva cultural que é, essencialmente, marcada por três tempos: “o tempo curto da interação que tem por foco a funcionalidade das representações; o tempo vivido que abarca o processo de socialização – o território do *habitus* (...) e o tempo longo, domínio das memórias coletivas onde estão depositados os conteúdos culturais cumulativos de nossa sociedade, ou seja, o imaginário social”. (Spink, 1994, p.122) Novamente pode-se pensar no duplo

movimento das representações sociais: influenciam a construção da realidade social ao mesmo tempo em que são por ela influenciadas.

O estudo das representações sociais enquanto processo gera uma análise aprofundada do senso comum e, conseqüentemente, a percepção de diversidades, contradições, coerência e lógica. Estudo que pode ser efetuado, conforme Spink, de duas maneiras distintas: o estudo de muitos ou o estudo de caso. É interessante sublinhar que este último permite vislumbrar os mecanismos cognitivos e afetivos na relação representação-ação.

Nesse sentido, a sociologia pode utilizar o conceito como importante instrumento na análise da realidade social, uma vez que ele permite vislumbrar as concepções que os grupos constroem a respeito do mundo. Num momento marcado por incertezas e perplexidade, as representações sociais podem atuar de forma significativa na compreensão de questões contemporâneas, tais como, violência, juventude, movimentos sociais, minorias, entre outros.

Referências Bibliográficas

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 13 ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

_____. "As formas elementares da vida religiosa". IN: **Os pensadores**. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IANNI, O. "A crise de paradigmas na sociologia". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, ANPOCS, n 13, jun.1990, p.90-101.

JODELET, D. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (org). **Les représentations sociales**. 2. ed. Paris: PUF, 1991.

MAUSS, M. "A expressão obrigatória dos sentimentos". IN: OLIVEIRA, R.(org). **Mauss: antropologia**. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1979.

OLIVEIRA, M. "Representação social e simbolismo: os novos rumos da imaginação na sociologia brasileira". IN: **Revista de ciências humanas**. Curitiba: Editora da UFPR, n.7/8, 1999, p.173-193.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. **Sobre representações sociais**. (Traduzido por Clélia Nascimento Schulze para circulação interna). Núcleo de Psicologia Social, Departamento de Psicologia, UFSC, 1985.

SPINK, M.J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOBVITCH, S. (orgs.) **Textos em Representações Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VERGÈS, P. Représentations sociales de l'économie: une forme de connaissance. In: JODELET, D. (org.) **Les représentations sociales**. 2 ed. Paris: PUF, 1991.